Editorial

JOSÉ ANTONIO REMEDIO*

Tema: Direito Ambiental nas Relações de Trabalho

O meio ambiente, enquanto direito de terceira dimensão, possui assento constitucional expresso e pode ser classificado em meio ambiente natural ou físico (como o solo, a água, a flora e a fauna), meio ambiente cultural (como o patrimônio histórico, artístico, paisagístico e turístico), meio ambiente artificial (como as edificações) e meio ambiente do trabalho (protegendo a saúde e a segurança do trabalhador).

No Brasil, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, a preservação da integridade do meio ambiente configura expressão constitucional de um direito fundamental que assiste à integralidade das pessoas (RTJ 158/205-206 e RTJ 164/158-161).

O meio ambiente do trabalho constitui espécie do gênero meio ambiente.

O Curso de Mestrado em Direito da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) tem como área de concentração os “Direitos Fundamentais Coletivos e Difusos”, no qual se insere a temática “Direito Ambiental do Trabalho”.

O presente número da Revista Cadernos de Direito, coordenado pelos Professores Paulo Affonso Leme Machado e Mirta Gladys Lerena Manzo de Misailidis, aborda a questão relativa ao “Direito Ambiental do Trabalho”.

* É pos-doutorando em Direito pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e Professor do Curso de Mestrado em Direito da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP).

Esta edição da Revista é integrada por cinco artigos, com participação expressiva de diversos autores dos mais variados Estados da Federação Brasileira.

Inserem-se na presente publicação os seguintes artigos jurídicos: “Anotações sobre o princípio da separação de poderes e o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”, de Ana Carolina Couto Matheus; “A tutela jurídica dos refugiados ambientais: o caso haitiano e o sistema interamericano de proteção aos direitos humanos”, de Cátia Rejane Mainardi Liczbinski e Leura Dalla Riva; “A responsabilidade civil e as lições aprendidas no desastre do rompimento da barragem de Miraf-MG”, de Marcos Vinicius Rodrigues; “Essencialidade de plano de manejo para licenciamento ambiental de loteamento em área de proteção ambiental”, de Alfredo Coimbra e Valter Foletto Santin; e “A greve como direito fundamental: conteúdo essencial e a (im) possibilidade de sua limitação infraconstitucional”, de “Debora Markman e Mário Lúcio Garcez Calil.

A integralidade dos artigos publicados na presente edição reforça a vocação do Curso de Mestrado em Direito da Unimep na realização de pesquisa científica com qualidade, profundidade e voltada para a realidade dos problemas enfrentados pela sociedade brasileira.